

ARGENTINA NO CAMINHO DO POPULISMO: CONFLITOS SOCIAIS E POLÍTICAS ECONÓMICAS DURANTE O PERONISMO

ARGENTINA ON THE ROAD TO POPULISM: SOCIAL CONFLICTS
AND ECONOMIC POLICIES DURING THE PERONISM

ARGENTINA EN EL CAMINO DEL POPULISMO: CONFLICTOS
SOCIALES Y POLÍTICAS ECONÓMICAS DURANTE EL PERONISMO

José Carlos Alexandre (jcalexandre@ipg.pt) *

RESUMO

Até à Grande Depressão dos anos 1930, a Argentina conseguiu combinar uma economia dinâmica com uma relativa estabilidade democrática liberal. Depois da Grande Depressão e da II Guerra Mundial, a evolução económica e política sofreu um grande revés.

O populismo chegou ao poder na Argentina em 1913, mas alcançou o seu apogeu com o peronismo (1946-1955).

O peronismo foi, essencialmente, a tentativa falhada de incorporar as massas populares num Estado corporativo. Todavia, o peronismo sobreviveu à queda do seu governo e manteve-se muito activo na vida política argentina.

Quais são as origens do peronismo? Como é que Juan Perón tentou articular as ambições dos diferentes grupos sociais? Quais eram os objectivos e as limitações do modelo económico do peronismo? Qual foi o legado do peronismo na sociedade argentina?

Para responder a estas questões, vamos concentrar-nos, em especial, nas relações de poder e conflito dentro da sociedade argentina e entre a sociedade e o Estado. Com este objectivo presente, analisaremos as interacções destas relações internas com as políticas económicas seguidas pelo regime peronista.

Palavras-chave: Populismo, peronismo, Estado, conflitos sociais, políticas económicas

ABSTRACT

Until the Great Depression of the 30s, Argentina managed to combine a dynamic economy with liberal democratic stability. After the Great Depression and the Second World War, economic and political evolution suffered a significant turn down.

Populism got to power in Argentina in 1913, but only reached its zenith with peronism (1946-1955).

In a nutshell, peronism was a failed attempt of incorporating the popular masses in a corporative State. However, peronism survived the withdrawal from power and remained very active in the political Argentinean life.

What were the origins of peronism? How Juan Perón attempted to articulate the ambitions of different social groups? What were the purposes and the limitations of the economic model of peronism? What was the legacy of peronism in the Argentinean society?

We try to give an answer to these questions by focusing on the power and conflict relations within the Argentinean society and between society and the state. With this goal, we will analyze the inter-actions of these internal relations with the economic policies followed by the Government.

Keywords: Populism, peronism, state, social conflict, economic policies

RESUMEN

Hasta la Gran Depresión de los años 1930, Argentina logró combinar una economía dinámica con una relativa estabilidad democrática liberal. Tras la Gran Depresión y la Segunda Guerra Mundial, la evolución económica y política sufrió un gran revés.

El populismo llegó al poder en Argentina en 1913, pero alcanzó su apogeo con el peronismo (1946-1955).

El peronismo fue, básicamente, la tentativa fallada de integrar las masas populares en un Estado corporativo. Sin embargo, el peronismo sobrevivió a la caída de su gobierno y se ha mantenido muy activo en la vida política argentina.

¿Cuáles son los orígenes del peronismo? Cómo es que Juan Perón ha intentado articular las ambiciones de los diferentes grupos sociales? ¿Cuáles eran los objetivos y las limitaciones del modelo económico del peronismo? ¿Cuál ha sido el legado del peronismo en la sociedad argentina?

Para responder a estas cuestiones, vamos concentrarnos, en especial, en las relaciones de poder y conflicto dentro de la sociedad argentina e entre la sociedad y el Estado. Teniendo en cuenta este

objetivo, analizaremos las interacciones de estas relaciones internas con las políticas económicas llevadas a cabo por el régimen peronista.

Palabras clave: Populismo, peronismo, Estado, conflictos sociales, políticas económicas

Prof. Adjunto na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico da Guarda, Lic. Economia (FEUniversidade de Coimbra), Mestre de Comércio Internacional (Universidade do Minho), Diploma de Estudios Avanzados en Historia Contemporánea, (Fac. Geografía y Historia, Universidad de Salamanca.

1. INTRODUÇÃO

A Argentina teve sempre uma posição marginal e periférica dentro do império colonial castelhano. Após a independência em 1816, a economia argentina encontrou no sector agro-pecuário e no comércio externo as duas principais fontes da sua dinâmica.

Nos finais do século XIX, o Estado Argentino era corporativo, sendo claramente dominado pela oligarquia agro-exportadora. Desde então a transformação desta economia numa economia industrializada converteu-se numa verdadeira obsessão política nacional.

Até à Grande Depressão dos anos 1930, a Argentina conseguiu combinar uma economia dinâmica com uma relativa estabilidade democrática liberal. A economia não estava somente a crescer, estava também a diversificar-se. Era notório o desenvolvimento das manufacturas; primeiro, vinculadas à expansão da agricultura; nos anos 1920, como resultado de investimentos estrangeiros; e, nos anos 1930 e 1940, impulsionadas pelo proteccionismo resultante da Grande Depressão e da guerra.

Existia tolerância com a oposição, mas a participação política estava muito condicionada pelas práticas eleitorais e pela exclusão dos imigrantes. O poder era monopolizado pela elite agro-exportadora, designada de "oligarquia" pelos seus opositores. As pressões da classe média obrigaram a uma reforma eleitoral que estabeleceu o sufrágio universal para os homens, nativos, em 1912. O poder seria então transferido pacificamente dos conservadores para os radicais.

O crescimento económico e a diversificação permitiram um relativo alto nível de vida. Nos anos 1930, a Argentina estava entre os cinco países mais ricos do mundo em termos de rendimento *per capita*. No final da II Guerra Mundial, continuava dentro do clube dos 10 mais ricos.

Depois da Grande Depressão e da II Guerra Mundial, a evolução económica e política sofreu um grande revés. A economia expandiu-se a um bom ritmo até 1940, mas depois entrou num processo de desaceleração, com desempenhos medíocres: entre 1950-1983, o rendimento *per capita* cresceu somente 1%.

O populismo chegou ao poder em 1913, com os radicais. No entanto, a constitucionalidade legal apenas foi interrompida em 1930, por um golpe militar. A partir desta data até 1983, a Argentina

tomou-se politicamente muito instável, com uma sucessão de ditaduras militares, regimes populistas e democracias restritivas.

Como a democracia não havia conseguido uma distribuição equitativa dos rendimentos, surgiram vários movimentos com o objectivo de derrubar o regime. O triunfo do populismo foi a resposta dos argentinos à desigualdade económica e às injustiças sociais, tentando estabelecer um Estado populista que afastasse as elites de uma economia de exportação. O populismo, cujo apogeu coincidiu com o peronismo (1946-1955), foi uma resposta reaccionária anticapitalista e antielitista, cujas origens se situam nos finais do século XIX.

Juan Perón foi o homem providencial, o chefe carismático ou o ditador que ocupou o novo espaço político aberto pela insatisfação das classes médias e trabalhadoras nascidas com a recente industrialização da Argentina e, ao mesmo tempo, foi o homem que surgiu aos olhos de uma parte das elites como a melhor garantia de apartar qualquer (justificada ou injustificada) ameaça revolucionária. Numa palavra, a chegada de Perón ao poder em 1946 é o ponto de viragem da História Contemporânea Argentina.

A preocupação fundamental deste trabalho tem a ver com a estabilidade e instabilidade da democracia argentina e da relação que existe entre esta e as políticas económicas levadas a cabo pelo regime peronista, entre 1946 e 1955.

Como é que o Estado populista tentou articular as ambições dos diferentes grupos sociais? Qual foi o papel do Estado na implantação do novo modelo de desenvolvimento - a industrialização por substituição de importações (ISI)?

Para responder a estas questões, vamos concentrar-nos, em especial, nas relações de poder e conflito dentro da sociedade argentina e entre a sociedade e o Estado. Com este objectivo, analisaremos as interações destas relações internas com as políticas económicas seguidas pelo regime peronista.

2. INSTITUIÇÕES E CONFLITOS SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

O que são exactamente as instituições? North (1990: 3) dá a seguinte definição: "Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanely devised constraints that shape human interaction." e "In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic."

Tanto os economistas como os governantes reconhecem a importância das instituições no desempenho económico dos países. As instituições políticas incluem as formas de governo – por exemplo, democracia *versus* ditadura ou autocracia – e as coacções impostas aos políticos e à classe política (Acemoglu *et al.*, 2004). É, por isso, importante estudar o que determina as instituições políticas¹.

Acemoglu *et al.* (2004) consideram que as instituições são o resultado de escolhas colectivas².

De acordo com esta perspectiva, as instituições não são escolhidas por toda a sociedade, mas pelos grupos que, em resultado de conflitos com outros grupos, dominam o poder político em determinado momento. Os grupos mais poderosos escolherão as instituições que maximizam os seus rendimentos e benefícios, e as instituições económicas - como, por exemplo, a estrutura dos direitos de propriedade ou a presença e a perfeição dos mercados - podem não ser aquelas que maximizam o rendimento e a riqueza total de uma sociedade³.

¹ Todavia: "(...) there is relatively little work on what determines political institutions." (Acemoglu, 2000: 1).

² Há, porém, outras explicações sobre a origem e formação das instituições numa determinada sociedade. Convém, por isso, começar por aludir as mais recorrentes. Basicamente, podemos agrupá-las em três categorias: "**Eficiência institucional**" – os indivíduos, sendo racionais, escolhem, dadas as circunstâncias, as instituições o mais eficientes possível; "**Escolha ideológica**" – é racional que sociedades diferentes optem por instituições diferentes, porque isso depende das ideologias e crenças de cada nação e em especial das suas elites; "**Acidente histórico**" – as instituições seriam o resultado de interacções sociais incontroláveis ou acidentes históricos, ocorridos em momentos decisivos, e as instituições assim formadas tenderiam a persistir por longos períodos de tempo e com consequências significativas. Acemoglu *et al.* (2004), apesar de reconhecerem importância a estas explicações, pelo menos a curto prazo, não as consideram convincentes a longo prazo.

³ A noção de que as elites, ou seja, os mais poderosos politicamente podem optar por instituições económicas que

Neste esquema, Acemoglu *et al.* (2004) introduzem uma hierarquia institucional, com as instituições políticas a determinar as instituições económicas, e, estas o desempenho económico e a distribuição do rendimento.

Há uma interação entre as instituições políticas e as instituições económicas. Se, num primeiro estágio, as instituições políticas determinam as instituições económicas, estas, por sua vez, são determinantes em relação ao crescimento económico e à distribuição do rendimento. As alterações na distribuição do rendimento podem modificar as relações de poder dentro de uma sociedade, o que pode causar a médio prazo mudanças nas instituições políticas.

As instituições políticas têm uma característica importante: são estáveis. Há duas razões principais para a sua estabilidade. Primeira: é necessária uma grande mudança na distribuição do poder político interno para alterar as instituições políticas. Segunda: o grupo com maior poder político tudo fará para impor as instituições políticas e económicas que melhor garantem os seus interesses, ainda que isso possa significar o prejuízo do resto da sociedade.

Apesar da tendência da persistência, as instituições não são imutáveis. As mudanças podem vir de dentro, quando, por exemplo, um grupo com poder político quer mudar as instituições políticas e económicas a seu favor, e pode consegui-lo com uma mudança de regime, ou, simplesmente, brandindo a ameaça de revolução ou de forte agitação social.

Mas as alterações das instituições políticas também podem ser provocadas por um choque externo: uma revolução tecnológica ou uma mudança do contexto internacional.

aumentam os seus rendimentos – muitas vezes, à custa do resto da sociedade – está presente em muita literatura marxista e na teoria da dependência. Todavia, ao contrário das teorias marxistas e da dependência, esta "perspectiva do conflito social", desenvolvida por Acemoglu *et al.* (2004), inclui situações onde as instituições económicas podem ser, em determinado momento, as mais eficientes dadas as circunstâncias, mas deixam de o ser quando as condições sociais e económicas se alteram. Por exemplo, determinadas instituições podem ser eficientes para países mais pobres, o problema é que não se modificam quando já estão desajustadas às novas realidades desses países, ou seja, deixam de ser eficientes.

3. O CAMINHO PARA O POPULISMO NA AMÉRICA LATINA

O populismo é, em substância, uma doutrina ou uma prática política que rejeita ou tenta debilitar a representatividade política (Valente, 2007). O populismo promete ao “povo” o exercício directo do poder. Quando um regime se baseia no princípio da representação e parece ignorar a “vontade geral”, o populismo está perto.

O populismo, ao suprimir os poderes intermédios, conduz inevitavelmente à centralização do poder no chefe. Há uma relação directa entre o chefe e o povo. É o chefe que tudo decide e, por isso, o populismo desemboca invariavelmente em ditaduras.

Por definição, o populismo não tem um programa político ou tem apenas um programa: aproveitar o descontentamento popular sem se preocupar com as consequências do exercício. Este tipo de estratégia costuma falhar em sociedades estáveis, com regimes sólidos e prestigiados; em sociedades inquietas e com regimes frágeis e desacreditados, costuma funcionar (*Ibidem*). Nalgumas sociedades, as políticas populistas não destroem o existente aparelho do Estado; noutras, reestruturam-no de forma revolucionária, ainda que criando relações de clientelismo em termos políticos, económicos e sociais.

Os economistas frequentemente associam o populismo latino-americano ao seguinte conjunto de objectivos políticos:

1) O Estado lidera e gere os objectivos de crescimento económico e de distribuição do rendimento, o que conduz à criação e propriedade de várias empresas públicas, que servem para alcançar os dois objectivos;

2) Implantação de políticas anticapitalistas e antimercado, como é o caso da industrialização por substituição de importações (ISI), em que o Estado é o grande motor do crescimento económico, enquanto a inflação e os défices públicos financiam os principais projectos de desenvolvimento e os programas sociais, ignorando ou resistindo aos constrangimentos internacionais e isolando os mercados domésticos.

Durante muito tempo os intelectuais latino-americanos, em especial os mais influenciados pela tradição europeia, reduziram o populismo a uma aberração histórica, a um equívoco histórico,

sustentado pela inexperiência democrática das massas urbanas de origem rural e na falta de princípios ou na ilimitada capacidade de manipulação de alguns líderes.

Na realidade, o populismo latino-americano foi um fenómeno mais complexo. Governos como os de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e de Juan Perón (1946-1955 e 1973-1974) foram, ao mesmo tempo, antiliberais e anticomunistas. Mais: muitos dos seus objectivos e políticas poderiam ser considerados, por vezes, liberais e, outras, socialistas. Exemplos? A luta contra as oligarquias – mais evidente no caso do peronismo do que no do getulismo -, a formação de uma burguesia urbana, a intensificação do desenvolvimento industrial, a expansão do sindicalismo, a liderança dos movimentos operários, etc. Essencialmente, o dilema filosófico do populismo latino-americano era como demarcar-se do comunismo e do fascismo, uma vez que seguia muitas das políticas destas duas ideologias e tinha as mesmas clientelas: a classe trabalhadora urbana e as classes médias e baixas.

Os historiadores têm demonstrado que, enquanto nos Estados Unidos o populismo se desenvolveu em áreas rurais, na América Latina foi essencialmente um fenómeno urbano. Embora a atracção pelo populismo se tenha propagado a toda a América Latina, nalguns países tornou-se a essência das políticas nacionais. Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai e Costa Rica passaram todos por um prolongado período de populismo.

A emergência popular na América Latina é o resultado de um período histórico determinado e das peculiaridades económicas e sociais de cada país. *“E os movimentos e governos populistas, tal como podem ser observados de maneira típica em países como o Brasil e a Argentina, terão sido talvez a sua forma mais completa de expressão.”* (Weffort, 1978: 93)

O populismo é um dos aspectos de uma longa história de crise e transformação, que começa nas primeiras décadas do século XX e que terminaria somente nos anos 1980. É uma etapa de crise, porque nasceu de rupturas, originadas depois da guerra de 1914-1918 ou da Grande Depressão dos anos 1930 e que destruíram a velha sociedade latino-americana. Mas esta etapa foi também um período de grande esperança nas possibilidades de desenvolvimento democrático e do desenvolvimento capitalista na América Latina.

Todavia, somente a partir da década de 1940 a integração das classes populares no sistema político passou a ter importância sobre os equilíbrios de poder.

A emergência das classes populares nos anos 1940 foi, em grande parte, o resultado da industrialização por substituição de importações, levada a cabo por muitos países latino-americanos durante a Grande Depressão dos anos 1930. A ISI nasceu quase inadvertidamente. O principal objectivo era equilibrar a Balança de Pagamentos através de uma série de medidas proteccionistas. De qualquer maneira, esta estratégia gerou a ascensão de novas classes na arena política: primeiro, das classes médias; nos anos 40, das massas populares.

A emergência das massas populares significou uma dupla pressão sobre as estruturas de poder vigentes: por um lado, pressão para aumentar a participação política das massas (sobretudo através do voto); por outro, pressão sobre as estruturas do Estado para aumentar as possibilidades de emprego e consumo.

4. AS ORIGENS DO PERONISMO

As características do comportamento popular diferem de país para país e, no caso dos países latino-americanos, dependem, entre outras explicações, das peculiaridades da formação social de cada nação depois das independências do século XIX. Na Argentina, a emigração assumiu um papel fundamental na composição das classes médias e populares, durante o chamado período oligárquico.

Os efeitos da emigração foram significativos na composição da sociedade argentina. Em 1869, a população era de 1,7 milhões de pessoas; todavia, entre 1870 e 1930, entraram mais de seis milhões de emigrantes no país (Waisman, 1989) - no século XIX, apenas os Estados Unidos receberam mais emigrantes provenientes da Europa.

Em 1914, 30% da população era constituída por imigrantes (um rácio superior ao dos Estados Unidos), dos quais, metade eram italianos e um terço espanhóis. E, nos anos 1940, um terço dos trabalhadores eram imigrantes recentes, provenientes sobretudo da Itália e da Espanha.

A Argentina não tinha muitas terras disponíveis para os emigrantes, o que levou a que a maioria se concentrasse nas cidades. Isto teve um grande impacto na estrutura das classes urbanas e criou um problema de integração destes emigrantes no sistema político, que a elite agro-exportadora nunca foi capaz de resolver.

A formação de um sistema populista esteve condicionada, por um lado, pela crise económica de exportações e pela reorientação para as actividades industriais que marcam o período posterior à Grande Depressão dos anos 1930 e, por outro lado, pela crise de hegemonia da burguesia oligárquica e do sistema liberal vigente na etapa histórica anterior. Sublinhe-se, todavia, que os movimentos populistas nunca foram capazes de liquidar as bases do poder oligárquico.

As classes populares emergentes eram predominantemente urbanas e a sua integração no sistema político fez-se de cima para baixo, ou seja, por partidos ou líderes que pertenciam às classes superiores e que controlavam os governos.

A debilidade do sistema oligárquico argentino fez com que o sistema se encontrasse nos começos da década de 1940 com dois impasses fundamentais. Primeiro: a estratégia de desenvolvimento industrial seguida desde os anos 1930, ou seja, a industrialização por substituição de importações. Segundo: a integração no sistema político das classes trabalhadoras que se haviam expandido com essa estratégia de desenvolvimento e cujos interesses eram incompatíveis com os da ainda hegemónica elite agro-exportadora.

Emergiram, por um lado, uma nova burguesia industrial de pequenos capitalistas não competitivos, concentrados no mercado interno e, por outro lado, o que se tornaria, nos anos 1940 e 1950, um forte movimento laboral.

A nova burguesia emanava das classes médias e da classe operária, e a nova classe operária descendia das classes rurais baixas. Numa palavra, a sociedade argentina estava bastante fragmentada.

Ao mesmo tempo, verifica-se uma cisão nas classes dominantes sobre o melhor modelo a seguir. As bases sociais do modelo oligárquico encontravam-se demasiado fragmentadas: não dispunham de poder suficiente para imprimir uma orientação hegemónica que incorporasse os sectores médios e operários ou,

em alternativa, uma orientação excludente, com alguma probabilidade de impor o seu domínio.

As Forças Armadas foram quem primeiro percebeu o ponto morto a que havia chegado a política oligárquica e, desde os começos de 1941, houve várias tentativas falhadas de golpes de Estado, que assumiam objectivos de recorte nacionalista.

Foi neste contexto que se formou, no seio do Ejército, o Grupo Obra de Unificación, que se viria a chamar mais tarde Grupo de Oficiales Unidos⁴ (GOU), e que contava como representantes mais destacados, Avalos, Ramirez, P. Gonzalez e Juan Perón. Este grupo declarava como principais objectivos:

“(...) la defensa corporativa del Ejército y del mando; la defensa contra la política y contra el comunismo. En especial, merecía destacarse que el movimiento surgió también como una reacción contra un sistema de partidos políticos percibido como inoperante para dar cuenta de los cambios acontecidos (...)” (García, 1993: 119-120).

A concepção negativa da política e dos partidos políticos perdurou sistematicamente ao longo de todo o regime peronista e tornar-se-ia constitutiva da cultura política argentina.

As Forças Armadas seriam o braço executor de um novo consenso em torno da nova estratégia de desenvolvimento: a industrialização por substituição de importações (ISI). *“Este nuevo modelo industrial supuso una creciente influencia de las ideas industriales, intervencionistas nacionalistas, bajo la tutela de la nueva elite burocrático-estatal.”* (*Ibidem.* 120).

Antes do golpe militar de 1945, 45% da indústria argentina estava nas mãos de capitalistas estrangeiros. Agora, pela primeira vez, o Estado Argentino era dominado por militares, e estes, essencialmente, advogavam a autonomia do Estado⁵. Queriam um Estado que não estivesse capturado pelos interesses económicos das elites nacionais e estrangeiras. Este conservadorismo

⁴ É hoje consensual entre os historiadores que o GOU respeitava e adulava o partido NAZI alemão.

⁵“The country was still manipulated by the traditional elites, in cahoots with international capitalists. The railroads were controlled by the British and French; the meat-packing businesses were in the hands of US firms; public utilities were owned and operated by US and Swiss companies; the automobile industry was run by Americans, and construction companies were either German or Dutch.” (Pang, 2002: 31)

⁵ La autonomía del Estado es una de las condiciones necesarias para el desarrollo según Alexander Gerschenkron.

nacionalista exaltava a completa independência da nação e preconizava uma revolução que mudasse o sistema político e económico argentino.

O crescimento industrial era o meio para a criação de emprego e de um sistema de segurança social. Depois da II Guerra Mundial, os sectores dependentes do mercado interno eram cada vez mais numerosos. Havia uma grande preocupação por parte dos militares em evitar situações de crise de emprego e de conflito social.

A ISI parecia ser a melhor solução para um crescimento rápido da economia. Esta estratégia implicava uma intervenção crescente do Estado na economia. O Estado passou a assumir um papel de protagonista, amplamente questionado até então pela classe empresarial argentina.

5. A ASCENSÃO DO PERONISMO AO PODER

Depois do golpe militar de 1943, Juan Perón é o oficial golpista que mais se destaca. Consolida-se como um líder programático, porque tem objectivos e um programa político. Em consequência, ganha prestígio e poder, que vai consolidando à medida que os jovens oficiais lhe vão manifestando apoio e adesão. Acaba por se converter num líder político reconhecido pelas Forças Armadas. Desenvolve-se, então, a fase preparatória do governo peronista (Girbal-Blacha, 2004).

Segundo Pang (2002), Perón cultivou cuidadosamente o apoio dos líderes sindicais somente após ter sido rejeitado pelos partidos tradicionais. Seja como for, depois da II Guerra Mundial, Perón emerge, definitivamente, como o campeão incontestado dos trabalhadores.

Waisman (1989) considera que Perón era um marxista ao contrário, no sentido em que era um fervoroso anticomunista que aceitava, todavia, o pressuposto básico do marxismo, ou seja, a classe operária é intrinsecamente um actor revolucionário.

Perón argumentava que a reestruturação do pós-guerra iria criar desemprego massivo, o que aumentaria a ameaça revolucionária. Como terapia, propunha, por um lado, um autoritarismo corporativo e, por outro, um proteccionismo radical.

Perón declarava que o desmantelamento das indústrias criadas durante a guerra geraria desemprego e, por consequência, um cataclismo político. Era, portanto, vital proteger essas indústrias, ainda que muitas não fossem competitivas.

Waisman considera que o medo do comunismo no pós-guerra era irrealista. O nível de polarização de classe não era elevado e a previsão de que este aumentaria se as indústrias indígenas fossem reconvertidas não era razoável.

Em primeiro lugar, o partido comunista – a única organização revolucionária substancial – era pequeno e a sua influência estava muito limitada depois de décadas de repressão.

Em segundo lugar, não havia sinais de crescente radicalização dos movimentos operários, verificando-se, *a contrario*, uma moderação reivindicativa dos sindicatos.

Por último, o medo de um desemprego massivo era infundado. De acordo com algumas estimativas, o desmantelamento das indústrias não competitivas, mantidas artificialmente através do proteccionismo, implicava uma taxa de desemprego de 2% - 80 000 em termos absolutos. Esta situação era suportável para o Estado, que dispunha na altura de amplos recursos para aplicar em obras públicas e programas de reconversão de mão-de-obra.

Assim, segundo Waisman, os sectores das elites que apoiavam Perón fizeram uma análise errada da classe operária e prescreveram um remédio errado. Esta visão distorcida da realidade de uma parte das elites (militares, igreja antiliberal e nova direita) e da sociedade argentina em geral⁶ resultava, em parte, da sua grande sensibilidade sobre o que se passava em Itália e Espanha. Os laços culturais que ligavam a Argentina a estes dois países eram muito fortes, o que significa que o impacto, por exemplo, da Guerra Civil espanhola ou do fascismo italiano era muito maior na Argentina do que em qualquer outro país da América Latina.

É neste contexto geral que, em 24 de Fevereiro de 1946, Perón ganha as eleições marcadas pela Junta Militar, com 56% dos votos.

Na campanha eleitoral, Perón surge como um símbolo do nacionalismo e emergem então as ideias-chave que marcariam o

⁶ Convém sublinhar que nos anos 1940 um terço dos trabalhadores eram imigrantes recentes, provenientes sobretudo da Itália e da Espanha e ainda mal integrados na sociedade argentina.

peronismo: independência económica, justiça social e soberania política.

Perón foi apoiado por três partidos: o Partido Laborista, a Alianza Libertadora Nacionalista e a UCR - Junta Reorganizadora e por alguns conservadores dissidentes (*Ibidem*). Mais tarde, seria criado o “Partido Único de la Revolución” que daria origem, em 1947, ao Partido Peronista, um partido “verticalista, monolítico y personalista”.

6. PERONISTAS VERSUS ANTIPERONISTAS

Desde o golpe de Estado de 1943, Perón tentou, a partir da direcção do Departamento de Trabajo, depois Secretaría de Trabajo y Previsión, harmonizar os interesses das forças do capital e do trabalho. Esta harmonização era considerada um elemento essencial e prévio da consolidação do desenvolvimento industrial. O “(...) *peronismo aspiraba a involucrar a la totalidad de los argentinos tras las banderas de una Nación socialmente justa, económicamente libre y políticamente soberana.*” (Rapoport, 2000: 365).

Quando Perón ganhou as eleições em 1946, a sua base principal de apoio era a classe trabalhadora urbana e aqueles sectores da classe média interessados no desenvolvimento de uma indústria nacional independente. Todavia, a sua vitória não se deveu a um movimento exclusivamente uniclassista (Garcia, 1993). Contava também com o apoio de alguns grupos de grande influência dentro da burocracia estatal, da Igreja e das Forças Armadas.

Desde o princípio, Perón tentou ser uma espécie de articulador dos interesses dos diferentes grupos sociais. O objectivo era:

“(...) lograr la armonía de intereses entre el individuo y la sociedad en el marco de lo que se denominaba la ‘Comunidad Organizada’. Este modelo, superador del capitalismo y del comunismo, suponía la planificación para ordenar el capitalismo y la humanización de las condiciones de vida y trabajo de los asalariados” (Rapoport, 2000: 365)

Esta estratégia limitaria severamente a sua acção governamental porque só podia funcionar enquanto as condições económicas propiciassem recompensas para todos os grupos.

À medida que punha em marcha a nova estratégia de desenvolvimento, aumentava a resistência e a oposição das corporações empresariais. A atenção crescente ao sector industrial – através do aumento dos impostos aduaneiros e de novas quotas sobre as importações que competiam com as produções locais – provocou de imediato a oposição dos grupos historicamente vinculados ao livre cambismo: a Sociedad Rural, as empresas de exportação e importação e as empresas estrangeiras mais poderosas.

A constante identificação do discurso de Perón com a nação não era facilmente compatível com um sistema pluralista de partidos. Daí a existência de censura e de controlo dos meios de comunicação social. Numa palavra, a liberdade de expressão estava limitada.

De qualquer maneira, os partidos políticos existentes – o principal era a Unión Democrática, que se dividiria mais tarde – ignoravam, nas eleições de 1946, as profundas transformações que se estavam a produzir no país (Rapoport, 2000). Ao contrário de Perón, não entenderam a importância de fazer reformas sociais para proporcionar uma maior participação dos trabalhadores na vida económica e política do país. Estas novas forças sociais eram uma massa muito importante e politicamente disponível.

Todavia, o peronismo não procurou a participação do novo sujeito político constituído, o “povo”, tendo-se antes apropriado da sua representação. A relação entre populismo e democracia representativa foi, na melhor das hipóteses, antagónica e excludente (Garcia, 1993). Os elementos “nacional popular” acabaram por se diluir no poder estatal. Na prática, a componente nacional e estatal, frente à qual se havia desenvolvido o populismo, jogou sempre um papel predominante.

Os sindicatos estavam mal organizados antes do peronismo, devido à repressão existente. O peronismo passou a tutelar os sindicatos. Há uma integração das estruturas dos sindicatos nas estruturas do Estado. Esta integração teve consequências negativas e perniciosas. A subordinação global do sindicalismo à estratégia estatal reduziu tanto o espectro das questões negociáveis como o universo de agentes políticos com os quais se podia negociar. Todavia, houve aspectos positivos. Foi possível bloquear parcialmente as ameaças burguesas às conquistas sociais.

Pode-se afirmar que Perón tentou modernizar por decreto-lei os sindicatos, à semelhança, aliás, do que tentaria fazer com a classe empresarial.

Ainda que assumidamente antioligárquico e nacionalista, o peronismo não contou desde o início com uma clara orientação ideológica e, frente ao clássico conflito existente nas sociedades desenvolvidas entre capitalistas e classe operária, o peronismo impôs uma oposição entre o “povo” e a antinção – fosse esta a oligarquia ou um poder “imperialista” externo.

O Estado liderado por Juan Perón obrigou os actores sociais a definirem-se politicamente. O peronismo provocou uma grande polarização política na sociedade argentina. E, a partir dos anos 1950, a sociedade argentina já não se dividia mais em povo *versus* oligarquia, mas sim em peronistas *versus* antiperonistas (Girbal-Blacha, 2004).

7. A POLÍTICA ECONÓMICA DO PERONISMO

Apesar das várias interpretações existentes sobre os efeitos do peronismo na economia argentina – basicamente, umas consideram que foi um desastre e outras defendem que, apesar de alguns erros, era a única via possível –, há um ponto em que todas convergem: “(...) *el ‘primer peronismo’ dejó una huella profunda en el comportamiento económico de la Argentina.*” (Rapoport, 2000: 379).

Desde as suas origens, a economia argentina encontrou no sector agro-pecuário e no comércio externo as duas principais fontes da sua dinâmica. Contudo, segundo Rapoport (2000), era já evidente, na primeira década do século XX, que este modelo estava esgotado.

Ao mesmo tempo, a partir da década de 1940, estavam em voga as ideias keynesianas⁷, que centravam no lado da procura interna a terapia para a crise de sobreprodução sofrida pelos Estados Unidos nos anos 1930 e que afectou bastante a América Latina. O Keynesianismo, ao contrário das ideias liberais até então dominantes, atribuía ao Estado um papel decisivo no crescimento

⁷ John Maynard Keynes (1883-1946) publicou o seu famoso livro *General Theory of Employment, Interest and Money* em 1936.

económico – em especial, em épocas de crise – através do aumento dos gastos públicos – de preferência em infra-estruturas reprodutivas.

As políticas económicas do peronismo tentaram articular estas novas concepções teóricas com as experiências que se haviam começado a realizar na Argentina depois da Grande Depressão, isto é, a ISI. Não se tratava, portanto, de ser original, mas sim de criar um projecto mais definido, que pretendia "(...) *el rediseño del perfil productivo y socioeconómico del país.*" (*Ibidem*: 379).

A política económica do peronismo assentava em quatro colunas principais: a importância do mercado interno, o nacionalismo económico, o intervencionismo estatal, o papel central da industrialização.

A implementação desta estratégia contou com a adaptação das instituições herdadas dos anteriores governos e com a criação de novos organismos. O Estado reforçou muito o seu papel, assumindo uma crescente importância como regulador da economia e como produtor e fornecedor de bens e serviços.

Todavia, a mudança mais significativa não resultou do maior peso do Estado, ou da industrialização virada para o mercado interno, ou do carácter mais ou menos fechado da economia. Todos estes rumos continuaram, de uma forma ou outra, as tendências que já vinham de governos anteriores.

A mudança mais significativa foi a aplicação de políticas sociais que provocaram uma forte redistribuição do rendimento. Aqui, sim, o peronismo foi, sem dúvida, uma novidade na História da Argentina.

Antes de Perón, a classe dominante não soube integrar a emergente classe operária, tanto em termos políticos como económicos. Havia um claro problema de distribuição do rendimento, que levava a uma forte desigualdade social. Durante o peronismo, houve, de facto, um esforço em melhorar a situação económica das classes que o apoiavam: a classe operária e as classes médias urbanas.

No quadro 1, pode verificar-se o aumento de 56% dos salários reais dos trabalhadores industriais entre 1946 e 1955 – alcançando o máximo em 1949 -, assim como o aumento do peso da remuneração do trabalho no rendimento da Argentina, passando de 40,1% em 1946 para 47% em 1955.

Quadro 1 – Remuneração do trabalho no rendimento e índice dos salários industriais (1946-1955)

Anos	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Remuneração do trabalho no rendimento (%)	40,1	39,5	43,5	49,0	49,6	45,2	50,5	48,9	49,9	47,0
Índice dos salários reais (1945=100)	106,3	134,6	166,7	172,7	166,3	153,9	137,2	147,4	157,9	156,0

Fonte: Rapoport (2000)

Perón teve de fazer alguns sacrifícios em termos de eficiência a longo prazo para poder no curto prazo favorecer a classe principal que o apoiava. Por outras palavras, o êxito da estratégia do peronismo dependia da sua capacidade em impor uma redistribuição do rendimento, transferindo-o dos produtores rurais para os consumidores urbanos e os industriais, através de medidas fiscais ou da fixação dos salários.

Houve uma reestruturação das actividades do sector agrícola, que não significou, todavia, “(...) en modo alguno una reforma agrária.” (García, 1993: 150).

Foi criado em 1946 o Instituto Argentino para el Intercambio (IAPI), que era financiado pelo Banco de la Nación e pelo Banco de Crédito Industrial. A sua principal função consistia em reinvestir os lucros do sector agro-pecuário, “(...) comprando materias primas a precios oficiales bajos y vendiéndolas en forma bilateral, o en el mercado externo a precios elevados.” (García, 1993: 150) Os lucros eram apropriados pelo governo, que os utilizava fundamentalmente para financiar o desenvolvimento do sector industrial e a sua política de redistribuição do rendimento.

Como seria de esperar, os produtores de gado e bens agrícolas reagiram mal a esta política, que os marginalizava na tomada de decisões importantes sobre o destino do mundo rural, situação a que não estavam habituados. O mal-estar dentro desta classe crescia e tornar-se-ia insuportável.

Perón acreditava que o aumento do poder e da autoridade do Estado podia regular as reacções do sector privado e vencer as suas resistências. Contava ainda que o desenvolvimento do sector industrial arrastasse o resto da economia. Numa palavra, Perón não queria acabar com o capitalismo na Argentina; queria simplesmente transformá-lo, utilizando para o efeito as instituições do Estado.

Na década de 1930, as indústrias argentinas haviam experimentado um grande desenvolvimento, mas em meados da década de 1940 o seu crescimento estava estagnado. Perón considerava que para ultrapassar este impasse não bastavam barreiras alfandegárias mais elevadas ou mais incentivos fiscais especiais. Era indispensável que o Estado tivesse maior controlo sobre a afectação e distribuição dos recursos financeiros. Ao nacionalizar os depósitos privados e o comércio externo, pensava estar a criar os mecanismos necessários para reorientar e estimular a economia.

Até 1949, foram nacionalizados a maior parte dos serviços de capital estrangeiro e foi posto em marcha um programa de desenvolvimento de infra-estruturas, seguindo as directrizes do primeiro plano quinquenal (1947-1951)⁸.

O Estado aumentava, assim, muito a sua área de influência, entrando em sectores que até então haviam estado sempre nas mãos dos privados. O problema é que o Estado necessitava de cada vez mais recursos para poder continuar com as suas políticas expansionistas. Desgraçadamente, os recursos aumentavam menos que os investimentos públicos. Ainda por cima, o Estado não criou um sistema fiscal que penalizasse mais os sectores dominantes.

Com o tempo, esta política económica revelar-se-ia insustentável para os recursos fiscais do país e "(...) limitó gravemente las posibilidades de sus sucesores en materia de políticas económicas." (García, 1993: 150)

No quadro 2, pode verificar-se um aumento do défice público nos primeiros anos, atingindo um máximo em 1948, com 17;87% do PIB.

O Estado começou a financiar-se com a emissão de moeda. Esta é a solução mais fácil no curto prazo, mas o resultado conhecido é o aumento da inflação. Em 1947, o índice do custo de vida atingiu os 12,2%, em 1948 os 13% e em 1949 os 32,7% (García, 1993: 163).

⁸ "En este período se construyeron centrales hidroeléctricas, se desarrolló la explotación de las reservas de carbón, se incrementó la actividad de la compañía petrolera nacional, se construyó una flota mercante, se organizó una compañía aérea nacional, y se apoyaron los planes ya existentes para la construcción de un importante complejo siderúrgico" (García, 1993: 150)

Em resultado de todas estas políticas, verificou-se uma acentuada subida da procura agregada, mas com comportamentos diferentes no consumo e no investimento.

O consumo verificou somente uma descida em 1952, mas recuperou logo em 1953. Em contrapartida, a descida do investimento é mais acentuada em 1949 e, nos anos seguintes, não voltaria a alcançar os níveis de 1948.

**Quadro 2 – Contas do sector público consolidadas (1945-1953)
(Em milhões de pesos de 1950)**

Ano	Gastos	Rendimento	Défice	Défice (% do PBI)
1945	12.494	9.171	3.323	7,23
1946	12.567	9.383	3.184	6,36
1947	17.047	13.376	3.671	6,60
1948	24.687	14.227	10.460	17,87
1949	17.002	14.244	2.758	4,76
1950	17.236	15.152	2.084	3,56
1951	17.424	16.028	1.396	2,31
1952	16.896	15.726	1.170	2,07
1953	18.363	16.848	1.515	2,55
1954	10.053	17.110	2.943	4,74
1955	18.234	15.648	2.588	4,00

Fonte: Rapoport (2000)

O aumento da procura agregada tem várias explicações. O aumento do consumo é o resultado directo da política progressiva de redistribuição do rendimento. A política salarial produziu uma subida dos salários reais (quadro 2), motivo pelo qual a procura de bens cresceu notavelmente. Por outro lado, as facilidades creditícias, os subsídios e a conjuntura internacional provocaram um aumento do investimento industrial.

Outro factor decisivo na expansão da procura agregada foi a crescente intervenção do Estado, tanto em termos de consumo como de investimento, e que foi bastante reforçada com a nacionalização dos serviços públicos.

Este aumento da procura agregada provocou um incremento das importações, uma vez que a maior parte dos bens de capital e uma grande parte dos bens de consumo não eram produzidos na Argentina. Todavia, imediatamente a seguir ao final da II Guerra Mundial, os preços internacionais dos produtos agro-pecuários

encontravam-se em níveis particularmente elevados e a Argentina havia logrado acumular reservas e créditos a seu favor durante a guerra (Rapoport, 2000). Daí que, numa primeira fase, as receitas das exportações tivessem sido suficientes para financiar o aumento das compras ao exterior e de que se dispusesse de divisas suficientes para evitar perturbações na Balança de Pagamentos.

Ironicamente, os objectivos de independência económica e soberania política – duas ideias-chave do discurso peronista – estavam muito dependentes do comportamento das exportações agrícolas argentinas no mercado externo. Enquanto estas se comportaram relativamente bem, Perón pôde iludir o problema da falta de recursos para financiar as suas políticas e a economia cresceu a um bom ritmo.

Desde 1946-1948 foi o período áureo do peronismo. Mas a crise acenava atrás da porta. Entre 1949 e 1952, a crise destapou-se e obrigou o peronismo a uma mudança de rumo.

8. A MUDANÇA DE RUMO DO PERONISMO E A SUA QUEDA

A evolução do sector externo foi determinante. Assim como a conjuntura favorável nos primeiros anos ajudou a financiar a crescente procura de importações, a queda dos preços dos produtos agro-pecuários (carne e cereais) provocou uma acentuada deterioração nos termos de troca e no saldo da balança comercial, a que se somaram grandes catástrofes naturais como a grande seca de 1951-1952.

Em 1948, as exportações eram inferiores em 25% às do período 1935-1939, enquanto as importações eram 38% mais elevadas (Garcia, 1993). Em princípios de 1949, a Argentina tinha esgotado as suas reservas de dólares – sem as quais não podia importar mais, em especial dos Estados Unidos – e os rendimentos das exportações caíram 30% relativamente ao ano anterior.

Ante a crise, Perón tentou evitar recorrer à clássica desvalorização da moeda. A rejeição desta medida fundamentava-se na ideia de que a desvalorização, ao tornar mais caros os bens importados, reduzia os salários reais e transferia rendimentos dos trabalhadores para as classes de maiores rendimentos. De qualquer maneira, a importação de artigos não prioritários foi restringida com

a desvalorização do peso em 90%, em Outubro de 1949 (Garcia, 1993: 163).

Esta fase depressiva do ciclo económico obrigou a uma redefinição da política económica, que se cristalizou nas grandes linhas do Plan de Estabilización, o Plan Quinquenal de 1952.

Tornou-se necessário apoiar mais a agricultura e as exportações e, ao mesmo tempo, minimizar as consequências que esta política poderia ter na indústria nacional, nos sectores urbanos e na classe trabalhadora. Não era um caminho fácil e exigia de Perón uma grande capacidade política.

A indústria pesada substitui a indústria ligeira em termos de prioridade da política industrial. Sectores como o aço, os químicos, os metais e os automóveis passam a ser os sectores eleitos, financiados pelos créditos do Banco Industrial, que privilegiavam o estabelecimento de grandes empresas.

Houve um retrocesso significativo do nacionalismo económico. Perón tentava agora seduzir as empresas multinacionais a investir na Argentina (Fiat, Kaiser de Detroit, Standard Oil).

O segundo Plan Quinquenal era, no fundo, um retorno à “ortodoxia conservadora”. O plano pretendia baixar os gastos públicos, numa batalha contra a inflação. E, de facto, verificaram-se resultados positivos. O défice público registou uma descida significativa, passando de 17,8% do PIB em 1948 para os 4,76% em 1949, mantendo-se posteriormente relativamente estável. A inflação baixou dos quase 40% em 1952 para os 4,3% em 1953 (Garcia, 1993: 166).

Ainda que Perón tenha ganho as eleições em Novembro de 1951 com 62,5% dos votos, esta viragem económica teve repercussões no interior da aliança peronista. Os cortes nos gastos públicos e os seus efeitos no mundo laboral provocaram fortes reacções de protesto dos trabalhadores. Em Abril de 1954, uma greve dos trabalhadores metalúrgicos obrigou o governo a levantar o congelamento dos salários imposto anteriormente, o que ameaçou o Plan de Estabilización.

Apesar de se verificar uma recuperação em 1953, o crescimento do PIB não voltaria a alcançar os níveis anteriores a 1949. O aumento do défice público em 1954 levava a suspeitar que a economia argentina podia começar um novo ciclo infernal. Apesar da “vuelta al campo” – implantaram-se várias medidas de protecção e subsídios para os grandes proprietários rurais -, a agricultura

continuava estagnada e os rendimentos das exportações caíam, provocando um novo défice da Balança de Pagamentos.

A análise da economia argentina nesta segunda fase do peronismo tem sido objecto de várias controvérsias.

Em relação à primeira fase do peronismo (1946-1949), os autores mostram-se mais ou menos unânimes: definem-na como populista, dada a indiscutível importância da política de redistribuição do rendimento a favor da classe trabalhadora e o decidido apoio à indústria nacional.

A partir de 1949, quando a situação económica se agravou, a análise sobre as estratégias eleitas ou os resultados obtidos variam consideravelmente de autor para autor. Todavia, a conclusão mais generalizada é a de que a política económica do governo foi um fracasso. Um fracasso com consequências a longo prazo. Talvez a pior das consequências tenha sido a criação de uma geração de assalariados e empresários que se acostumou a viver na dependência do Estado.

Um dos problemas da política industrial peronista foi o substancial proteccionismo que dedicou às indústrias não competitivas, orientadas apenas para o mercado interno. Como explicam os economistas, com o tempo esta política acaba por originar muitas distorções na distribuição dos recursos de capital e trabalho. Uma parte substancial dos lucros obtidos pelo sector agro-exportador era transferida para as indústrias não competitivas. Havia um claro problema de acumulação de capital na economia argentina.

A aposta numa indústria competitiva teria exigido moderação salarial. Os custos em eficiência e acumulação de capital poderiam ter sido menores se a política distributiva se tivesse baseado em medidas fiscais, em vez de aumentos dos salários (Garcia, 1993). Todavia, convém lembrar que estas demandas sociais haviam sido marginalizadas antes de Perón e era muito difícil controlar politicamente esta situação.

A última etapa do peronismo esteve, segundo Rapoport (2000: 383), “(...) lejos de constituir un caos económico como habitualmente se cree.” Em 1955, verificava-se um novo “estallido inflacionário” significativo e o défice público tinha aumentado, mas sem alcançar níveis exorbitantes. O PIB crescia menos do que na primeira etapa, mas crescia a taxas razoáveis. Por isso, “() es probable que la idea de asociar la caída del peronismo a una crisis económica sin precedentes se encuentre anclada en la prédica

política posterior de quienes apuntaron a justificar el golpe de Estado que derrocó a Perón.” (Rapoport, 2000: 383).

Havia, contudo, evidentes tensões estruturais de longo prazo que punham em risco a capacidade de expansão do aparato produtivo. Rapoport considera que o governo estava a começar a corrigir essas falhas estruturais quando foi derrubado. É possível. De qualquer maneira, os empresários, especialmente, os dos sectores agrícola e financeiro, haviam já perdido toda a confiança no regime e não tinham qualquer esperança de salvação dentro do peronismo. Sem surpresa, estavam na primeira linha do golpe militar que derrubou Perón em Setembro de 1955.

A tendência de estagnação económica desencadeou uma divisão no seio da coligação de forças que apoiava Perón. Emergiu um conflito entre o, agora, poderoso movimento laboral e a débil burguesia industrial, a qual acabaria por abandonar a aliança.

Perón tentou ainda provocar um conflito com a Igreja relacionado com o problema do divórcio e a separação de poderes entre o Estado e a Igreja. Mas esta manobra de diversão não obteve os efeitos desejados, reforçando mais a oposição da classe agro-exportadora e de uma parte da classe média.

As classes trabalhadoras aceitaram o controlo corporativo do Estado peronista enquanto os seus rendimentos aumentaram, mas, quando a política de redistribuição estabilizou ou desacelerou, tornaram-se uma classe autónoma, fora do controlo de Perón. Na fase final do regime, esta classe estava mais poderosa.

Em Setembro de 1955, depois de um golpe militar, autoproclamado de “Revolución libertadora”, Juan Perón exilou-se, primeiro no Paraguai, depois, por pouco tempo, no Panamá e, finalmente, em Espanha até ao seu regresso triunfal em 1973.

9. CONCLUSÃO

A Argentina não esteve literalmente estagnada depois da II Guerra Mundial; todavia, a sua economia caracterizou-se por fortes flutuações, em que os anos bons eram quase anulados pelos anos maus.

Em 1983, a Argentina já não registava um rendimento comparável ao dos países mais desenvolvidos do mundo – era

somente um terço do italiano e um sexto do canadense e ligeiramente superior ao do Brasil, Chile e México (Diamond *et al.*, 1989: 45).

A transformação política foi total. Depois de 1930, a Argentina flutuou entre ditaduras militares, regimes populistas e democracias restritivas. De 1930 até ao restabelecimento da democracia liberal em 1983, a Argentina sofreu seis golpes militares: 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976. Neste período, houve 25 presidentes, apesar de a administração de Perón ter durado quase 10 anos (1946-1955). Entre 1955 e 1983, a instabilidade política atingiu níveis críticos. Houve 18 presidentes e somente um não foi apeado do poder – Perón, que morreu em 1974, antes de terminar o mandato.

O peronismo foi o ponto de viragem da História Contemporânea argentina. Perón, provavelmente o mais talentoso político argentino do pós-guerra, percebeu que as massas populares emergentes eram uma nova força considerável e argumentava que a sua integração política e económica – através de uma redistribuição dos rendimentos – era a única solução para evitar o comunismo. Pelo menos, Perón brandia este fantasma e apresentava-se como um baluarte contra essa ameaça revolucionária, ameaça que surgia aos olhos de uma parte das elites como bastante credível.

A essência do peronismo foi a tentativa, e o fracasso, de incorporar estas forças através de um Estado corporativo.

O governo peronista caiu em Setembro de 1955, mas o peronismo manter-se-ia muito activo na vida política argentina. O peronismo sobreviveu à queda do seu governo e tornou-se o eixo de um vigoroso movimento opositor.

O golpe militar que derrubou Perón dividiu a sociedade argentina ao meio, sem que nenhuma das partes tivesse força suficiente para impor o seu projecto à outra, mas cada uma tinha a força suficiente para bloquear os projectos da outra. A principal característica do sistema político argentino, a partir de 1955, é a instabilidade (Cavarozzi, 1997). Tanto os governos civis como os militares que se sucederam ao longo deste período estiveram marcados pelo fracasso na consecução dos seus principais objectivos.

A Argentina experimentou, nos finais dos anos 1960, uma política neoliberal, que foi, todavia, rapidamente abandonada devido a uma guerra interna e a pressões de vários grupos sociais.

Houve um enfraquecimento dos sindicatos durante os regimes militares devido às suas lutas ideológicas internas e à vigilância e repressão do Estado. Todavia, foram capazes de manter muitas das práticas populistas intactas e os sindicatos e as empresas públicas tornaram-se ainda mais poderosos.

Em suma, a Argentina tornou-se um país ingovernável. Estava presa num impasse, que se tornaria sangrento nos anos 1970, com a guerrilha e o terrorismo de Estado da ditadura militar (1976-1983).

A ditadura militar terminaria ingloriamente, na sequência da humilhante derrota militar com o Reino Unido nas ilhas Malvinas (Falkland Islands). A Junta militar viu-se forçada a marcar eleições, que seriam ganhas em Dezembro de 1983 por Raúl Alfonsín, do Partido Radical.

A democracia era restabelecida em tempos muito difíceis. Décadas de populismo e ingovernabilidade tinham deixado um legado de pesado endividamento externo e inflação, incompatível com os ventos do liberalismo em voga.

Verdade que a Argentina susteve a mudança enquanto foi possível, mas a mudança foi, essencialmente, imposta de fora, por esse fenómeno chamada globalização. Timidamente, Alfonsín deu os primeiros passos, e Carlos Menem, com entusiasmo, implantou, nos anos 1990, as reformas de liberalização, privatização e desregulação. Curiosamente, Menem é membro do Partido Justicialista, o partido fundado nos anos 1940 por Juan Perón.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, Daron e James A. Robinson, *A Theory of Political Transitions*, MIT Working Paper

Acemoglu, Daron, Simon Johnson e James A. Robinson, "Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth", Working paper prepared for the *Handbook of Economic Growth* edited by Phillipe Aghion

Cavarozzi, Marcelo, *Autoritarismo y democracia, La Transición del Estado al Mercado en la Argentina, 1955-1996*, Compañía Editora Espasa Calpe Argentina S.A / Ariel, 1997

Collier, Ruth B., *Paths Toward Democracy: The Working Class and Elites in Western Europe and South America*, Cambridge University Press, New York, 1999

- Diamond, Larry e Juan J. Linz, "Introduction: Politics, Society, and Democracy in Latin America", *Democracy in Developing Countries, vol.4, Latin America*, in Diamond, Larry, Linz, Juan e Lipset, Seymour Martin (org.), Lynne Rienner, Boulder (Colorado), 1989, 1-58.
- García, M^a Esther del Campo, *Estrategias de Desarrollo y Crisis Políticas en Argentina y Chile*, Tesis Doctoral, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1993
- Girbal-Blacha, Naomi M., "El populismo, el ascenso del peronismo al poder y las características de la "Nueva Argentina", *Estado, Sociedad y Economía en la Argentina (1930-1997)*, in Naomi M. Girbal-Blacha., Adrián Gustavo Zarrilli y Juan Javier Balsa (org.), Universidad Nacional de Quilmas Editorial, Buenos Aires, 69-112, 2004
- Hirschman, Albert O., "The Political Economy of Latin American Development: Seven Exercises in Retrospection", *Latin American Research Review*, vol. XXII, 3, 1987, Pittsburgh, 7- 37
- North, Douglas C., *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*, Cambridge University Press, New York, 1990
- O' Donnell, Guillermo, *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism: Studies in South American Politics*, Berkeley, University of California, Institute for International Studies, 1973
- O' Donnell, Guillermo e Phillip C. Schmitter, *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, John Hopkins University Press, Baltimore, 1986
- Pang, Eul-Soo, *The Internacional Political Economy of Transformation, in Argentina, Brazil, and Chile since 1960*, Palgrave Macmillan, New York, 2002
- Rapoport, Mario, *Historia Económica, Política y Social de la Argentina*, Ediciones Macchi, Buenos Aires, 2000
- Valente, Vasco Pulido, "O que é o populismo?", *Público*, 6 de Outubro de 2007, 2007
- Vitelli, Guillermo, *Los Dos Siglos de Argentina*, Prendergast, Buenos Aires, 2000
- Waisman, Carlos H., "Argentina: Autarkic Industrialization and Illegitimacy", *Democracy in Developing Countries, vol.4, Latin America*, in Larry Diamond, Juan Linz y Seymour Martin Lipset (org.), Boulder: Lynne Rienner, 59- 109, 1989
- Ward, John, *Latin America, Development and Conflict since 1945*, Routledge, London, 1997
- Weffort, Francisco C., *O Populismo na Política Brasileira*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978